

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMERCIO EXTERIOR**

HEMILLY RAMOS FERREIRA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM PROCESSOS LICITATÓRIOS: UM
ESTUDO DE CASO**

**CRICIÚMA
2016**

HEMILLY RAMOS FERREIRA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM PROCESSOS LICITATÓRIOS: UM
ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Abel Corrêa de Souza

**CRICIÚMA
2016**

HEMILLY RAMOS FERREIRA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM PROCESSOS LICITATÓRIOS: UM
ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Abel Corrêa de Souza

Criciúma, 28 de Novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Abel Corrêa de Souza – Mestre – UNESC - Orientador



Prof. Cleber Pacheco Bombazar - Especialista - UNESC



Prof. Jonas Rickrot Rosner - Especialista - UNESC



CRICIÚMA

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus familiares, os quais são essenciais na vida, ao meu namorado que sempre acreditou em mim e que me apoio em todos os momentos, dedico também aos meus amigos, que me ajudaram para que essa importante etapa fosse cumprida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu forças, coragem e sabedoria ao longo de minha trajetória acadêmica.

À minha mãe, Adriana Ramos Ferreira, mulher guerreira que me criou, está sempre ajudando, incentivando e me dando conselhos, que além de mãe foi pai e soube me educar. Agradeço aos meus Familiares, pessoas pela qual eu tenho muita gratidão, me auxiliaram e me mostraram os caminhos para a vida e me alertaram nas decisões, sou muito grata a cada membro da família com todo coração.

Ao meu namorado, Odivan Pires da Silva Severino, que sempre me apoio, agradeço sua paciência, carinho, amor e atenção para comigo mesmo nos momentos difíceis, em todos esses anos que estamos juntos, apoiando-me nas minhas escolhas e acreditando no meu potencial.

Aos meus amigos muito especiais, Lya Carolinne Nazario de Farias e Patrick Nunes Leandro, amigos que sou muito grata, onde passamos quatro anos juntos um ajudando o outro, dividindo momentos felizes e também os momentos difíceis.

Ao meu Diretor, Enio Manoel Serafim, que me ajudou na escolha do tema, me instruiu em várias tomadas de decisões e sempre está disposto a me ajudar, meus sinceros agradecimentos por tudo.

Minha gratidão ao orientador, Abel Corrêa de Souza, professor que admiro muito, por sua paciência, dedicação e atenção para a realização do mesmo.

Por fim, não menos importante, à coordenação do curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior e a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram a concluir mais uma etapa da minha vida.

“Viva como se fosse morrer amanhã. Aprenda como se fosse viver para sempre” Mahatma Gandhi

RESUMO

FERREIRA, Hemilly. **Análise econômico-financeira em processos licitatórios: um estudo de caso.** 2016. 63 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

A licitação é o procedimento administrativo pela qual o ente público pretende alienar, adquirir ou locar bens ou serviços, selecionando interessados para apresentação de propostas, para que se revele a proposta mais conveniente em função do edital antecipadamente estabelecido e divulgado junto com o órgão comprador. Portanto, para selecionar a proposta mais conveniente, o estudo tem como objetivo identificar a influência dos índices contábeis na análise econômico-financeira em processos licitatórios. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, quanto aos fins, e, documental e estudo de caso, quanto aos meios de investigação. O estudo foi dado por meio das demonstrações contábeis, financeiras e econômicas das empresas participantes do processo licitatório que ocorreu em Santa Catarina, no período compreendido do ano de 2016. A análise dos dados foi essencialmente qualitativa e quantitativa. Verificou-se que na maioria das empresas não há qualificação econômico-financeira conforme a análise discriminante da autora por meio de diversos indicadores e análises propostas. Em contraponto as participantes são qualificadas econômico e financeiramente conforme o edital do certame, sendo assim demonstrando uma fragilidade significativa nos indicadores e nas análises atualmente usados pelos órgãos públicos.

Palavras-chave: Licitação. Análise econômico-financeira. Indicadores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fórmula de análise horizontal	31
Figura 2 - Fórmula de análise vertical	32
Figura 3 - Fórmula de cálculo da liquidez corrente.....	33
Figura 4 - Fórmula de cálculo da liquidez seca	34
Figura 5 - Fórmula de cálculo da liquidez geral.....	34
Figura 6 - Fórmula de cálculo da liquidez imediata	35
Figura 7 - Fórmula de cálculo do retorno do ativo	36
Figura 8 - Fórmula de cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido	36
Figura 9 - Fórmula de cálculo da margem líquida	37
Figura 10 - Fórmula de cálculo endividamento geral	38
Figura 11 - Fórmula de cálculo da imobilização do patrimônio líquido	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das modalidades de licitação	23
Quadro 2 – Demonstrações contábeis	26
Quadro 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial	28
Quadro 4 – Fórmula de participação de capital de terceiros	39
Quadro 5 – Interpretação dos Índices	40
Quadro 6 – Plano de coleta de dados	44
Quadro 7 – Descrição dos objetivos do edital	46
Quadro 8 – Índices solicitados no edital.....	47
Quadro 9 – Balanço patrimonial da empresa 01	48
Quadro 10 – Balanço patrimonial da empresa 02	48
Quadro 11 – Balanço patrimonial da empresa 03	49
Quadro 12 – Balanço patrimonial da empresa 04	50
Quadro 13 – Balanço patrimonial da empresa 05	50
Quadro 14 – Balanço patrimonial da empresa 06	51
Quadro 15 – Resultado dos indicadores nas empresas licitantes	52
Quadro 16 – Classificação das empresas conforme edital.....	53
Quadro 17 – Outros índices	54
Quadro 18 – Resultados	54
Quadro 19 – Classificação conforme análise	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVO.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 HISTÓRICO DA LICITAÇÃO.....	16
2.2 MODALIDADES DAS LICITAÇÕES.....	18
2.2.1 Concorrência	18
2.2.2 Tomada de preço.....	19
2.2.3 Convite	19
2.2.4 Concurso.....	20
2.2.5 Leilão	21
2.2.6 Pregão	21
2.3 QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA ANÁLISE DOS INDICADORES.....	24
2.4 CONTABILIDADE.....	25
2.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	26
2.5.1 Balanço Patrimonial.....	27
2.5.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)	28
2.5.3 Demonstrações complementares	29
2.5.4 Nota explicativa	29
2.6 ANÁLISE DO BALANÇO.....	30
2.6.1 Coeficientes patrimoniais.....	31
2.6.1.1 Análise Horizontal.....	31
2.6.1.2 Análise Vertical.....	32
2.6.2 Indicadores de liquidez.....	32
2.6.2.1 Índices de liquidez corrente.....	33
2.6.2.2 Índices de liquidez seca.....	33
2.6.2.3 Índices de liquidez geral	34
2.6.2.4 Índices de liquidez imediata.....	34
2.6.3 Indicadores de Rentabilidade.....	35

2.6.3.1 Índices de retorno do ativo	36
2.6.3.2 Índices retorno sobre o patrimônio líquido.....	36
2.6.3.3 Índices de margem líquida.....	37
2.6.4 Indicadores endividamento	37
2.6.4.1 Índices de endividamento geral.....	38
2.6.4.2 Índices de imobilização de patrimônio líquido	38
2.6.4.3 Índices de participação de capital de terceiros	38
2.6.5 RESULTADOS INDICADORES	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	41
3.1.1 pesquisa exploratória	41
3.1.2 pesquisa descritiva	42
3.1.3 pesquisa documental.....	42
3.1.4 estudo de caso	43
3.2 DEFINIÇÃO DA AREA ESTUDADA.....	43
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	43
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS.....	44
4 ANÁLISE DOS DADOS	46
4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	47
4.2 RESULTADOS DOS INDICADORES.....	51
4.3 ANÁLISE PROPOSTA	53
4.3.1 Análise horizontal e vertical	55
5 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

No Brasil em 2014 foram realizadas cerca de 196.954 compras governamentais, sendo que 62.326 são por meio de licitações levando um montante de investimento médio de R\$ 52.344.585.770,49, considerando as modalidades de Concorrência, Concorrência Internacional, Concurso, Convite, Pregão Presencial, Pregão eletrônico e tomada de preços (PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, 2014). São mais de 34.000 unidades que licitam, incluindo governo federal, estatais, Distrito Federal, prefeituras, secretarias, unidades, fundações, câmaras, estatais, autarquias e etc.

A Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelecem normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante procedimento com diversas etapas, escolhendo a proposta que traga mais vantagens, e dando oportunidade aos particulares que queiram participar da contratação.

Uma vez que esses recursos devem ser usados de forma racional, utilizando do menor preço possível com isso visando uma maior economia. O Brasil no seu quadro econômico atual, no qual continua havendo retrocessos, por diversos fatores, levando consigo um comportamento de usar melhor seus recursos.

A economia preocupa-se essencialmente com a forma como seus agentes tratam os escassos recursos de mercado, visando produzir bens e serviços orientados ao atendimento de suas necessidades de consumo (ASSAF NETO, 2002).

Todavia, as empresas participantes ou licitadas devem estar em conformidade com a legislação vigente e cumprir com prazos e valores estipulados, consequentemente devem apresentar uma proposta que garanta para os Governos que os serviços solicitados vão ser cumpridos.

Uma das formas de garantia econômico-financeira exigidas pela Lei é a apresentação do balanço patrimonial e seus índices contábeis.

A Lei nº. 8.666, em seu Art. 31, deixa claro que:

Art. 31 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes

ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (BRASIL, 1993).

Neste contexto, a análise das demonstrações contábeis passa a ser uma garantia que visa demonstrar a situação econômico-financeira para a empresa licitante, onde os indicadores sendo interpretados pelos pregoeiros corretamente proporcionam condições seguras para a tomada de decisão.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo identificar a influência dos índices contábeis na análise econômico financeira em processos licitatórios, realizando análise por meio de indicadores solicitados em editais de uma licitação realizada no estado de Santa Catarina, estudando a legislação de licitação pública, e, será verificada a possibilidade de novos indicadores que possam ser utilizados nas contratações da Administração Pública.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

A legislação em vigor exige de forma obrigatória, diversos procedimentos, em meio jurídico, técnico, fiscal e econômico-financeiro em processos licitatórios. Outrossim, alguns fatores importantes para o fiel cumprimento deixam de existir possibilitando erros e fracassos que prejudicam os cofres públicos.

Gestores públicos encontram dificuldade e dúvidas para elaborar processos licitatórios para aquisição de bens ou serviços, sabendo que essas compras geram custos consideráveis o mesmo deve criar garantias de execução a ser prestada a empresa licitante. Diante deste fato, deixam, por vezes, de aplicar métodos de análise econômico-financeira, por não perceberem sua importância e em alguns casos podem efetivar uma empresa que poderá estar inadimplente quanto ao seu balanço patrimonial e serviços.

Diante da falta de amparo legal aos gestores públicos com relação a análise econômico-financeira nos processos licitatórios, chega-se a questão de pesquisa: **Qual a influência dos índices contábeis na análise econômico-financeira em processos licitatórios?**

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a influência dos índices contábeis na análise econômico-financeira em processos licitatórios.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Examinar a legislação aplicada aos processos licitatórios;
- b) Conhecer a estrutura dos processos licitatórios;
- c) Realizar análise dos índices contábeis solicitados nas licitações;
- d) Aplicar indicadores que possam auxiliar na avaliação econômico-financeira em licitações.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo possui como objetivo identificar a influência dos índices contábeis na análise econômico-financeira em processos licitatórios, a fim de contribuir com os gestores públicos no reconhecimento da solidez das empresas fornecedoras.

A pesquisa proposta será relevante para os órgãos públicos que fazem suas compras por meio de licitação, sendo que no Brasil mais de 34.000 que licitam e em 2014 foram realizadas cerca de 62.326 licitações, um montante de investimento médio de R\$ 52.344.585.770,49, levando em consideração todas modalidades (PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, 2014).

Por meio do estudo, os pregoeiros e órgão públicos poderão então identificar índices e análises que passaram ajudar nos órgãos públicos, empresas e demais que fazem compras por meio de licitações e que precisa de garantia financeira, sendo analisada a saúde econômica, financeira, liquidez das empresas em uma análise discriminante.

Após o estudo, os pregoeiros e órgão públicos poderão basear-se nos resultados para aprimorar seus processos licitatórios. Assim como para o acadêmico que devido à oportunidade de realizar o estudo enriquecerá seus conhecimentos, e

por fim, para a universidade que terá a sua disposição um estudo que poderá servir para futuras pesquisas dos acadêmicos.

O estudo é viável, pois há disponibilidade de tempo e de recursos necessários para a realização do estudo, além do acesso a dados e informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa proposta.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo visa apresentar a fundamentação teórica de diversos autores em suas obras publicadas, que irão referenciar o tema proposto neste projeto.

2.1 HISTÓRICO DA LICITAÇÃO

A palavra licitação tem origem do latim *licitatione*, que simboliza venda por lances, foi dado a ele o sentido de oferecimento de lances de menor quantia no momento da arrematação e da adjudicação. Segundo Mello (2003), licitação é o procedimento administrativo pela qual o ente público que pretende alienar, adquirir ou locar bens ou serviços, convoca interessados para apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.

Segundo Rigolin e Bottino (2002, p. 22):

Licitação não é apenas um ato, mas todo um complexo procedimento administrativo pelo qual a Administração elege, entre várias possíveis, a proposta mais vantajosa ao seu interesse – que é sempre o interesse público –, com vista a algum contrato que pretenda celebrar.

A partir de 1988 a licitação recebeu princípio constitucional, de observância obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, abaixo transcrito, a forma pela qual a Administração Pública deveria proceder em suas licitações:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Constituição (1988).

Segundo Rigolin e Bottino (2002), toda essa transformação ocorreu por causa das denúncias de corrupção e roubos veiculados na imprensa, motivo pelo qual a Câmara dos Deputados iniciou a tramitação do projeto de lei, que resultou na Lei nº 8.666 de 1993.

A partir de então, veio ao mundo jurídico a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993). Esta Lei praticamente encerrou a vigência do decreto 2.300/86, que vigorava até então. A Lei 8.666/93 está atualmente em vigor e dispõe sobre as regras para o exercício da licitação pública em nosso direito brasileiro (FERREIRA, 2001).

A Lei 8.666/93 tem como metas primordiais tornar o procedimento licitatório mais transparente e possibilitar à entidade a escolha da proposta mais vantajosa aos seus interesses, além de propiciar aos interessados igual oportunidade de participação no certame (LIMA, 2011).

Para Mello (2004, p.483), “licitação é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados e com eles travam determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher as propostas mais vantajosas às conveniências públicas”. Portanto, a licitação é o instrumento de que dispõe a Administração Pública para selecionar o terceiro que oferecer a proposta mais vantajosa, para com este firmar contrato administrativo.

Logo é obrigatória a licitação na contratação de terceiros nas concessões, compras, serviços, obras, publicidade, alienações, permissões e locações, onde os órgãos administrativos e demais órgãos públicos estão obrigados (BRASIL, 1993).

Estão obrigadas a licitar todos os órgãos da administração pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e municípios. (FIGUEIREDO, 2002)

Nesta mesma linha de pensamento, Bacellar Filho (2005, p.95), afirma que “[...] a licitação é processo, pois nasce marcada por uma conflagração, uma verdadeira disputa de interesses. É um processo público, pois em homenagem ao princípio da isonomia, todos que se encontram nas condições podem participar”.

A licitação é o antecedente necessário do contrato administrativo. Nas palavras de Figueiredo (2002, p.25), “licitação é um procedimento administrativo interno e externo destinado a selecionar, entre outras, a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. É obrigatória na contratação com terceiros de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e localizações”.

2.2 MODALIDADES DAS LICITAÇÕES

A modalidade de licitação é a forma específica de conduzir o procedimento licitatório a partir dos critérios definidos em lei. O principal fator para a escolha da modalidade de licitação está relacionado ao valor estimado para a contratação. Não seguem essa regra as modalidades do pregão, do Concurso e do Leilão, pois estas não estão vinculadas a valores, por serem modalidades com características específicas. Para cada modalidade de licitação há exigências específicas de procedimentos, formalização do processo e prazos (GASPARINI, 2004).

O Artigo 22º da Lei nº 8.666/93 elenca cinco modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Cada modalidade diferencia-se uma das outras, seguindo um procedimento ordenado segundo princípios e finalidades, na busca de adequar, da melhor maneira possível, a disputa ao objeto a ser contratado. (VASCONCELLOS, 2000).

A pesquisa dos preços dos diversos fornecedores é influenciadora da escolha da modalidade, juntamente com a quantia a ser requerida. As modalidades são definidas pelos limites de valores fixados pela legislação (FIGUEIREDO, 2002).

Existem três modalidades de licitação na Lei nº 8.666/93 isto é, concorrência, tomada de preços e convite, comporiam a modalidade “comum” (Art. 22, Inc. I a III), por serem utilizáveis para qualquer tipo de contratação, diferenciando-se entre si segundo a estruturação de suas fases de divulgação, habilitação e proposição, enquanto concurso e leilão comporiam outras duas modalidades “especiais” (Inc. IV e V), destinadas a fins específicos e, portanto, com procedimentos estruturados conforme as peculiaridades da futura contratação (JUSTEN FILHO, 2005).

2.2.1 Concorrência

A concorrência modalidade de licitação que se realiza com ampla publicidade para assegurar a participação de quaisquer interessados que preencham os requisitos previstos no edital, deverá respeitar um prazo mínimo de quarenta e cinco ou de trinta dias, conforme for aplicável (inc. I, al. “b”, ou o inc. II, al.”a”, ambos do art. 21 da Lei 8.666) entre a última publicação e a data de

apresentação das propostas (Justen Filho, 2005). Nesta modalidade, qualquer interessado pode participar da licitação, segundo o § 1º do art. 22 da Lei 8.666:

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

Esta modalidade é bem ampla e abrange a tomada de preços e o convite. Serviços de Obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) compras e serviços não referidos anteriormente e acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) (FIGUEIREDO, 2002).

2.2.2 Tomada de preço

Uma modalidade também bem abrangente como a Concorrência, que podem ser prestados os serviços de obras e serviços de engenharia até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e compras e serviços não referidos anteriormente até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). Porém, a diferença entre as duas modalidades é exigência dos interessados estejam devidamente cadastrados na administração pública, a partir de um prazo fixado também em Lei (FIGUEIREDO, 2002).

A tomada de preço segundo o § 2º do art. 22 da Lei nº 8.666/93:

“§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação”.

Na tomada de preços, deve-se obedecer a um prazo de quinze dias no mínimo, entre a última publicação e a data fixada para o recebimento das propostas. Porém, caso o certame seja julgado pelos critérios de “melhor técnica” ou de “técnica e preço”, o prazo deverá ser estendido para pelo menos trinta dias (JUSTEN FILHO, 2002).

2.2.3 Convite

O convite é um procedimento mais simplificado dentre as modalidades comuns de licitação. A administração encontra potenciais empresas fornecedoras que possam fazer o serviço e enviam uma carta convite, todos

podem participar até mesmo os que não estão cadastrados, sendo solicitado aos não convidados que mostrem interesse vinte e quatro horas antes da proposta, segundo o § 3º do art. 22 da Lei nº 8.666/93:

“§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas”.

Houve uma inovação com o advento da lei nº 8.666/93, qual seja, a permissão da participação de outros interessados, havendo manifestação neste sentido, formalizada em até vinte e quatro horas antes da apresentação das propostas. Essa medida teve o intuito de aumentar o número de licitantes. Tendo sido permitida a participação de “não convidados” deve a Administração afixar cópia da convocação em local propício para tal, a fim de que seja observado o princípio da publicidade (PEIXOTO, 2001).

É aplicado ao convite obras e serviços de engenharia até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); compras e serviços não referidos anterior até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (FIGUEIREDO, 2002).

2.2.4 Concurso

A modalidade de concurso é bem mais restrita e utilizada somente para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico. O concurso segundo o § 4º do art. 22 da Lei nº 8.666/93.

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores. Conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Ferreira (2001, p. 24), exemplifica: “como, por exemplo, um projeto importante de uma praça, uma música que será o hino da cidade etc. Se administração pública quer fazer um projeto específico para uma área e ali construir uma praça, poderá fazer um concurso e obter, para si, o melhor projeto arquitetônico para aquele logradouro”.

No entender de Meirelles (2009, p. 324), o concurso:

“É uma modalidade de licitação de natureza especial, porque, apesar de se reger pelos princípios da publicidade e da igualdade entre os participantes, objetivando a escolha do melhor trabalho, dispensa as formalidades específicas da concorrência.”

2.2.5 Leilão

No leilão, os interessados comparecem no lugar previsto, passando verbalmente suas propostas, sendo que considera vencedora a proposta mais elevada, sendo essa modalidade destinada a alienar bens pelo melhor preço. Conforme o § 5º do art. 22 da Lei nº 8.666/93:

“§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação”.

No edital de leilão deve haver a descrição sucinta dos bens, o local onde se encontram, o dia, à hora e o local do leilão além do valor da avaliação do bem, o qual serve de preço mínimo (JUSTEN FILHO, 2002).

Os lances são verbais, configurando assim uma disputa pública entre os ofertantes. Quem ao final oferecer o maior lance, desde que igual ou maior ao valor da avaliação, arremata o objeto da licitação (PEIXOTO, 2001).

2.2.6 Pregão

Segundo o dicionário Aurélio, pregão significa "ato de apregoar, proclamação pública". Araújo (2014), a respeito desta modalidade de licitação, informa que "etimologicamente, pregão é a proclamação publica, ato pelo qual os porteiros dos auditórios, os corretores de bolso ou os leiloeiros apregoam a coisa que vai ser vendida e os lances já oferecidos"

Ao contrário do que ocorre nas outras modalidades de licitação, no pregão a escolha da proposta é anterior à análise da documentação, razão pela qual o processo é mais célere. Ao invés de se analisar toda a documentação de todos os licitantes, analisa-se somente a documentação de quem apresentou a melhor proposta, estando em conformidade com o que fora solicitado no edital, encerrado estará o processo, caso a documentação não estiver nos conformes do edital, analisar-se-á a documentação de quem apresentou a segunda melhor proposta, e assim sucessivamente (GASPARINI, 2005).

O pregão é uma modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, independente do valor de estimação para a aquisição, sendo que as propostas são efetuadas por meio de lances em sessão pública. Esta modalidade de licitação vem unir-se às configurações citadas nas modalidades que disciplina a Lei 8.666/93, já bem conhecidas pela Administração Pública brasileira (SOARES, 2009).

Pregão como a modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento, é feito por meio de propostas e lances em sessão pública (DI PIETRO, 2015).

Esta modalidade é a mais usada para serviços e compras de baixo valor. A licitação na modalidade de pregão não se aplica as contratações de obras e serviços de engenharia, bem como as locações imobiliárias e alienações em geral (FIGUEIREDO, 2002).

O pregão pode ser feito de duas formas, o pregão presencial e o pregão eletrônico.

Soares (2009, p. 47):

O pregão presencial, na sua etapa diligente, inicia-se com a abertura da sessão, ocasião em que os presentes apresentarão ao Pregoeiro os envelopes de alvitres e de capacitação, na forma estipulada no edital, alcançando o devido credenciamento dos emissários legais dos licitantes, comprovando-se a existência de capacidade para a formulação dos lances orais, e para método das outras ações próprias ao certame, tais como praticar questionamentos em nome da licitante, subscrever atas, introduzir recursos, dentre os demais.

O Pregão Eletrônico apresenta sessão pública que se efetiva por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, onde ocorre a interação entre os agentes públicos responsáveis pela realização da licitação (Pregoeiro e Equipe de Apoio) e os licitantes / Fornecedores. (FONSÊCA, 2006)

Resumindo todas as modalidades, levando em consideração as modalidades de convite, tomada de preço, pregão e concorrência sendo elas as mais usadas:

Quadro 1 – Resumo modalidade de licitações.

Modalidade	Convite	Tomada de preço	Pregão (presencial ou eletrônico)	Concorrência
Condições de participação	Convidado ou ser cadastrado no órgão e solicitar convite 24h antes ou solicitar convite por escrito	Empresa cadastrada no órgão ou ter toda documentação para cadastro em vigor até 3 dias antes da licitação	Participação ampla - qualquer interessado	Participação ampla - qualquer interessado
Tipo licitação	Menor preço ou melhor técnica ou técnica e preço	Menor preço ou melhor técnica ou técnica e preço	Sempre menor preço	Menor preço ou melhor técnica ou técnica e preço
Publicação	Não há publicação obrigatória, mas aguarda 5 dias úteis do último convidado	Menor preço - 15 dias corridos Melhor técnica ou técnica e preço - 30 dias corridos	8 dias úteis	Menor preço - 30 dias corridos Melhor técnica ou técnica e preço - 45 dias corridos
Valores	Aquisição de bens e serviços não de engenharia - até R\$ 80.000 Serviços e obras de engenharia - até R\$ 150.000	Aquisição de bens e serviços não de engenharia - até R\$ 650.000 Serviços e obras de engenharia - até R\$.500.000	Não tem limite	Não tem limite
Prazo recursal	Entrar - 2 dias úteis - 2 dias úteis Órgão - 5 dias úteis para acatar ou não	Entrar - 5 dias úteis 5 dias úteis Órgão - 5 dias úteis para acatar ou não	Entrar - 3 dias úteis - 3 dias úteis Órgão - 5 dias úteis para acatar ou não	Entrar - 5 dias úteis - 5 dias úteis Órgão - 5 dias úteis para acatar ou não
Processo administrativo	2 dias úteis para justificar após notificação 2 dias úteis para defesa prévia caso a justificativa não tenha sido aceita	5 dias úteis para justificar após notificação 5 dias úteis para defesa prévia caso a justificativa não tenha sido aceita	5 dias úteis para justificar após notificação 5 dias úteis para defesa prévia caso a justificativa não tenha sido aceita	5 dias úteis para justificar após notificação 5 dias úteis para defesa prévia caso a justificativa não tenha sido aceita
Penalidades	Advertência Multa suspensão para licitar e contratar com administração por até 2 anos Declaração de inidoneidade	Advertência Multa suspensão para licitar e contratar com administração por até 2 anos Declaração de inidoneidade	Advertência Multa Suspensão para licitar e contratar com administração por até 5 anos Declaração de inidoneidade	Advertência Multa suspensão para licitar e contratar com administração por até 2 anos Declaração de inidoneidade

Fonte: Adaptado de licitações (2016).

2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SOBRE ANÁLISE DOS INDICADORES

O art. 27 da Lei nº 8.666/93 estabelece que, para a habilitação nas licitações será exigido dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista.

A Lei nº 8.666/93 regulamenta a qualificação econômico-financeira, por meio do artigo 31, limitando a documentação comprobatória da qualificação econômico-financeira. As unidades administrativas que utilizam o procedimento de licitação devem fazer constar dos instrumentos públicos de convocação (edital ou carta-convite) quais são os documentos e critérios pelos quais irão julgar e habilitar os interessados, sendo transcrito seguir:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

A exigência de qualificação econômico-financeira na fase de habilitação das licitações deve ser feita levando-se em consideração o caso concreto, sob pena de se restringir a competitividade e, ao se estabelecer índices para a comprovação da boa saúde financeira do licitante, a Administração deve, além de fixá-lo de forma objetiva no edital, certificar-se de que o mesmo é suficiente para comprovar a condição financeira da licitante em executar o objeto pactuado. Também deve haver justificativa nos autos e ainda serem adotados índices usualmente utilizados no mercado. § 5º do art. 31 da Lei 8.666/93:

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

A escolha dos índices de aferição da situação financeira dos habilitantes deverá estar exposta e fundamentada no processo administrativo da licitação, do qual resultará o texto do edital. Este apenas refletirá o exame e consequente definição de natureza técnica, transmitindo à Comissão elementos bastantes para o

julgamento objetivo da matéria. As razões da escolha (incluindo menção às fontes de consulta, sobretudo revistas especializadas) devem guardar nexos causal com a índole do objeto e o grau de dificuldade ou complexidade de sua execução, a fim de que se cumpra o mandamento constitucional de serem formuladas tão somente exigências necessárias a garantir o cumprimento das obrigações que se venham a avançar (PEREIRA JUNIOR, 2003).

Segundo Assaf Neto (2002, p. 48) “Em verdade, a preocupação do analista centra-se nas demonstrações contábeis da sociedade, das quais extrai suas conclusões a respeito de sua situação econômico-financeira, e toma (ou influencia) decisões”.

2.4 CONTABILIDADE

A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio das entidades e por meio dos registros e estudos se desenvolve as demonstrações que são usadas nos processos licitatórios. Neste sentido, Silva (2012), cita que a contabilidade pode ser definida como a ciência social que realiza estudos e práticas de controle e registro dos atos e fatos de uma organização, a fim de auxiliar os setores administrativos e financeiros.

Nesta linha de pensamento, Alves, (2006) diz que “contabilidade é a ciência que estuda e interpreta os registros dos fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade”.

O objetivo da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários como: Investidores, fornecedores, bancos, governo, sindicatos, funcionários (MARION, 2005).

Ou seja, a contabilidade é necessária para toda e qualquer empresa independente de seu porte, seguimento ou forma de tributação, ajudando no processo de tomada de decisões (SILVA, 2012).

Portanto, a contabilidade é o instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, coleta todos os dados econômicos, mensurados monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados (SILVA, 2012).

2.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como demonstrações financeiras, têm por objetivo apresentar informações sobre o patrimônio e a situação da empresa para acionistas e demais interessados (BRAGA, 2006).

Segundo o IBRACON (NPC 27):

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

As demonstrações contábeis representam muito mais que meros relatórios financeiros e também não se reduzem a um simples balanço patrimonial. Além dos aspectos financeiros, os relatórios contábeis oferecem informações valiosas sobre as situações econômica, patrimonial e societária das sociedades (CRUZ et al, 2014).

Quadro 2 - Demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME/EPP (ITG 1000)	PMEs (NBC TG 1000)	ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS (ITG 2002)	EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO E DE GRANDE PORTE (IFRS COMPLETO)
Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Não exigido	Obrigatório
Demonstração de Lucros (Prejuízos) acumulados	Facultativo	Facultativo	Não exigido	Não exigido
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Obrigatório
Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

Fonte: Conselho regional de Contabilidade do Paraná, fev de 2015.

Matarazzo (2010), em sua obra apresenta como demonstrações financeiras o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração do Fluxo de Caixa. Este autor afirma que as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, podendo saber se a empresa está bem econômica e financeiramente, podendo passar a tomar decisões e passar por uma análise profunda, de acordo com as regras contábeis.

Portanto, entende-se que as demonstrações financeiras têm por objetivo trabalhar a informação dentro um período do qual, por via de regra é anual, em seguida apresenta a empresa a sua situação econômica e financeira, da qual esta situação servirá de base para a tomada de decisão presente e futura (NUNES, 2009).

Como a Lei nº. 8.666/93, que trata das licitações, exige a qualificação econômica, serão realizadas análises econômico-financeira, sobre as demonstrações contábeis das empresas licitantes, assim sendo, faz-se necessário entender o balanço patrimonial e demais demonstrativos.

2.5.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é um dos mais importantes demonstrativos contábeis. Por meio dele é possível se perceber a situação patrimonial e econômico-financeira de uma entidade. Seus números refletem a situação de uma entidade em um momento específico (CRUZ *et al*, 2014).

Por meio do balanço, é possível demonstrar graficamente a situação patrimonial e financeira de qualquer entidade, sendo uma descrição resumida da posição financeira da empresa em um dado momento (GITMAN, 2010; CRUZ *et al*, 2014).

O balanço declara o que a empresa possui e como ela é financiada, ele compõe-se de três partes essenciais como demonstrado no quadro abaixo: ativo, passivo e patrimônio líquido, sendo que cada uma representa diversas contas e subcontas de forma decrescente e vinculada (ROSS *et al*, 2015; ASSAF NETO, 2015).

Quadro 3: Estrutura do balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
*Realizável de Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
*Investimentos	
*Imobilizado	
*Intangível	

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015).

Conforme Velter e Missagia (2011, p. 25), “ativo é o conjunto de direitos e bens que formam o conjunto de elementos positivos da entidade”.

“Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação” (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2016).

2.5.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício (DRE) visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados sendo lucro ou prejuízo da empresa em determinado exercício social (ASSAF NETO, 2015).

Franco (1989), afirma que a demonstração do resultado do exercício (DRE) é mais importante demonstração da dinâmica patrimonial, pois mostra a receita bruta da entidade, o custo dessas receitas e demais despesas operacionais evidenciando o lucro bruto operacional.

Dessa forma, a DRE mede o desempenho durante um período específico. Obtendo as despesas operacionais, financeiras e os custos e subtraídos das receitas, chegando-se a um resultado final positivo (lucro) ou negativo (prejuízo) (ROSS *et al*, 2015).

2.5.3 Demonstrações complementares

Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) visa a demonstração da evolução da conta lucros ou prejuízos acumulados revelando os eventos que influenciam a modificação de seu saldo (ÁVILA, 2012).

A demonstração do fluxo de caixa (DFC) tem por objetivo evidenciar a capacidade da empresa em gerar caixa bem como demonstrar a necessidade de caixa para o desenvolvimento de suas atividades. Por meio da DFC podem-se verificar quando a empresa consegue captar ou qual é a necessidade de captações. Esse relatório deve completar três fluxos distintos: atividades operacionais, atividades de financiamentos e atividades de investimentos (ÁVILA, 2012).

O controle dos fluxos de caixa é uma tarefa necessária e indispensável para todas as empresas, das mais elementares as mais complexas (CRUZ *et al*, 2014).

Demonstração de valor adicionado (DVA) tem por objetivo demonstrar de forma sintética os valores correspondentes a formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período detalhamento de sua respectiva distribuição entre os elementos que contribuirão para a formação dessa riqueza, financeiros, acionistas governo é outro, bem como a parcela de riqueza não distribuída. É obrigatória apenas para as companhias abertas, pode-se afirmar que a DVA objetiva demonstrar quanto a empresa gera e distribui de riqueza em um determinado período (CRUZ *et al*, 2014).

O demonstrativo das mutações do patrimônio líquido, revela, de forma mais elucidativa, a formação e as movimentações das reservas e dos lucros, a apuração dos dividendos do exercício, as variações patrimoniais incorridas nas empresas investidas, entre outras informações e dados relevantes. (ASSAF NETO, 2015).

2.5.4 Nota explicativa

As notas explicativas divulgam informações relativas a base de preparação das demonstrações contábeis às praticas contábeis adotadas, aos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, as informações sobre ajustes de exercícios anteriores, as reavaliações, os detalhamentos das dívidas de longo prazo

e aos critérios utilizados nas provisões contábeis, entre outros aspectos (CRUZ *et al*, 2014).

Segundo Ávila, (2012),

As Notas Explicativas complementam as demonstrações e, como o próprio nome diz, evidência as explicações de mudanças de critérios contábeis, sempre que estes se fizerem necessários, tais como mudanças de critérios de avaliações dos ativos a outros quaisquer.

Elas são normalmente apresentadas ao final das demonstrações financeiras publicadas, sendo obrigatórias para as companhias abertas, representam uma complementação das demonstrações contábeis (ASSAF NETO, 2015).

2.6 ANÁLISE DO BALANÇO

A análise do balanço visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras (ASSAF NETO, 2015).

Segundo Iudícibus (1994, p. 86),

A análise de balanços deve ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações. De um lado, mais aponta problemas a serem investigados do que indica soluções; de outro, desde que convenientemente utilizada, pode transformar-se num poderoso “painel de controle” da administração.

Portanto, analisar as demonstrações contábeis pressupõe a preparação de informações aproveitáveis para os usuários, sendo que cada um destes pode ter uma necessidade diferente. (ÁVILA, 2012).

Análise de Balanços na previsão de insolvência. Por meio destas tem-se podido chegar a alguns resultados objetivo obre o grau de eficiência de certo índices de balanço na previsão de insolvência; com isso têm-se atribuído diferentes pesos aos índices que representam a importância relativa de cada índice (MATARAZZO, 2010).

Desta forma, nos próximos tópicos serão apresentados os principais indicadores que são elaborados para realizar a análise discriminante econômico-financeira, levando em consideração também a análise vertical e horizontal que se podem obter informações validas das empresas com relação ao ano anterior ou a demais contas do balanço.

2.6.1 Coeficientes Patrimoniais

Os coeficientes que estão relacionados às variações patrimoniais visam determinar o percentual quer seja ele aumentativo, quer seja ele diminutivo, em relação a cada componente do Resultado do Exercício, em relação ao conjunto destes dados, visando fornecer informações válidas em relação formação e a distribuição do resultado econômico (PERONDI, 2007).

O método de análise vertical e horizontal é de suma importância para a interpretação da estrutura e da verificação da variação dos números da empresa. E ainda, também pode auxiliar na análise de índices financeiros e pode ser utilizada em conjunto com outros métodos de análise (SILVA, 2001).

2.6.1.1 Análise Horizontal

A análise horizontal tem como função de apresentar com o cálculo em porcentagem a evolução de cada conta em relação com a conta do ano anterior, obtendo como um ano base sendo o ano mais antigo (MATARAZZO, 2010).

Segundo Silva (2001, p. 208), “ o propósito da análise horizontal (AH) é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações financeiras”.

A análise horizontal compara valores de uma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais da empresa, é basicamente uma análise temporal, que por sua vez é desenvolvida por números- índices (MATARAZZO, 2002).

A análise horizontal, também chamada de ANÁLISE DE TENDÊNCIA, é a observação de uma sequência de um mesmo índice ou de uma sequência de valores de uma mesma conta, durante vários anos ou períodos. Possibilita o acompanhamento do desempenho de cada uma das contas que compõem a demonstração em questão, ressaltando as tendências (PERONDI, 2007).

Figura 1: Fórmula da análise horizontal.

$$\text{PARTICIPAÇÃO HORIZONTAL (ITEM)} = \frac{\text{Valor do item subsequente} \times 100}{\text{Valor do item período base}} - 100$$

Fonte: Adaptado de Perondi (2007, p. 36)

2.6.1.2 Análise Vertical

A análise vertical tem como propósito mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração financeira em relação a um determinado referencial (SILVA, 2001).

A análise vertical consiste na comparação de cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto, evidenciando a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto. Mostra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira que pertence e, através de comparações com padrões estabelecidos com base em atividades do ramo ou da própria empresa, permite inferir se há itens fora das proporções normais. Abandonam-se, portanto, os valores monetários, passando-se a utilizar dados relativos (percentagens) (PERONDI, 2007, p. 36).

Refere-se a uma análise de estrutura ou participação, onde a estrutura representa um item em relação a outro do qual foi classificado como principal ou referencial (PADOVEZE, 2012).

Figura 2: Fórmula da análise vertical.

$$\text{PARTICIPAÇÃO VERTICAL ITEM} = \frac{\text{ITEM}}{\text{TOTAL}} \times 100$$

Fonte: Adaptado de Perondi (2007, p. 36)

2.6.2 Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez demonstram sua capacidade de arcar com as dívidas assumidas, o que, em última instância, sinaliza a condição de sua própria continuidade. (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014).

Para SILVA (2001, p. 266)

“Os índices de liquidez visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. No geral, a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e das suas decisões estratégicas de investimento e financiamento”.

A liquidez de uma empresa é medida pela sua capacidade de pagar suas obrigações de curto prazo à medida que vence, ela diz respeito da solvência da posição geral da empresa (GITMAN, 2010).

Quanto maior for o resultado dos indicadores maior uma possível liquidação das obrigações. Se um analista estiver analisando um balanço de uma empresa e se deparar com um índice de Liquidez inferior a 1,00 na forma da análise

de balanço, em princípio, pode considerá-la sem condições, porém a verídica informação será o fluxo de caixa (MATARAZZO, 2010).

Este indicador se desdobra em indicadores de liquidez imediata, corrente, seca e geral.

2.6.2.1 Liquidez corrente

A liquidez corrente mostra o quanto a empresa possui de recursos a curto prazo para cada real de dívida, portanto mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo. (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014).

Para Silva (2001, p. 270), “indica quanto a empresa possui em dinheiro mais bens e direitos realizáveis no curto prazo (próximo exercício), comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período”. Nesta mesma linha de raciocínio Gitman (2010, p. 51) afirma que “o índice de liquidez corrente mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo”.

Para se chegar a este índice, abaixo segue a fórmula de cálculo.

Figura 3: Fórmula de cálculo da liquidez corrente.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Gitman (2010, p. 51)

2.6.2.2 Liquidez seca

O índice de liquidez seca assemelha-se ao de liquidez corrente, mas exclui do cálculo o estoque que costuma ser o menos líquido dos ativos circulante (GITMAN, 2010).

A liquidez seca mostra a parcela das dívidas de curto prazo que podem ser pagas pela utilização de itens de maior liquidez no ativo circulante. (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014 p. 127).

De acordo com Sousa:

“O índice de liquidez seca considerado como o mais rigoroso dos índices, uma vez que elimina os estoques que são considerados como fontes de incertezas e responsáveis por muitas vezes se ter Liquidez da Empresa

uma falsa idéia de liquidez. Este índice revela se a empresa depende dos seus estoques para ter uma liquidez equilibrada. ” (SOUSA, 2008).

Para se chegar a este índice, abaixo segue a fórmula de cálculo.

Figura 4: Fórmula de cálculo da liquidez seca.

$$\text{Índice de Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante (-) Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Gitman (2010, p. 52)

2.6.2.3 Liquidez Geral

A liquidez geral mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo para cada real de dívida de curto e longo prazo. (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014 p. 127).

Segundo Padoveze (2004, p. 137) "esse indicador trabalha com todos os ativos realizáveis e todos os passivos exigíveis, aglutinando os classificados de curto prazo com os de longo prazo"

Nesta linha de conceito, Zanluca (2013) afirma que “este índice leva em consideração a situação em longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e 35 obrigações em longo prazo”.

Figura 05: Fórmula de cálculo da liquidez geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo Prazo}}$$

Fonte: Cruz *et al* (2014, p. 143)

2.6.2.4 Liquidez Imediata

Conforme Zanluca (2013), “índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber”. O mesmo autor afirma que se trata de um índice de grande relevância para se analisar a situação da empresa no curto prazo.

Mostrando a parcela das dividas de curto prazo que podem ser pagas imediatamente por meio de valores relativos a caixa e equivalente de caixa, portanto

representa o quanto a empresa possui de disponível para cada real vencível a curto prazo. (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014 p. 127).

Percebe-se que a Liquidez Imediata é a relação entre o que a empresa possui de disponível em determinado momento em relação às obrigações de curto prazo das quais tem que honrar (ZANLUCA, 2013).

Figura 6: Fórmula de cálculo da liquidez imediata.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Cruz *et al* (2014, p. 143)

2.6.3 Indicadores de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade, via de regra, relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, ou seja, valor de vendas, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional (IUDÍCIBUS, 2009).

Os índices de rentabilidade objetivam identificar o retorno obtido pela empresa sobre capital investido, seja ele próprio, seja de terceiros. O capital próprio é representado pelo patrimônio líquido e o capital de terceiros pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante.

A avaliação de rentabilidade é realizada com base nas informações constantes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício (DRE) (CRUZ *et al*, 2014)

A comparação do resultado econômico (lucro ou prejuízo) com o capital, nos vários aspectos de sua origem e aplicações, bem como com a movimentação econômica da empresa (produção ou vendas), evidenciando os aspectos da rentabilidade (FRANCO, 1989), nesta linha de pensamento o autor Gitman (2010) afirma que “há muitas medidas de rentabilidade. Tomadas em conjunto, essas medidas permitem aos analistas avaliar os lucros da empresa em relação a um dado nível de venda, nível de ativos ou investimento dos proprietários”.

2.6.3.1 Retorno sobre do ativo

O retorno do ativo tem por objetivo de medir a eficiência global da alta direção da empresa na geração de lucro com seus investimentos totais (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014).

Retorno do ativo tem como principal finalidade demonstrar o desempenho do capital investido para isso relaciona o lucro líquido com o ativo total. Para elaborar uma correta análise do retorno sobre investimento, é necessário, primeiramente, identificar os valores no balanço patrimonial e no DRE (CRUZ, *et al*, 2014).

O chamado retorno de investimento tem como principal finalidade demonstrar o desempenho do capital investido (próprio e de terceiro). Para isso, relaciona o lucro líquido com o ativo total. (CRUZ, *et al*, 2014).

Figura 7: Fórmula de cálculo do retorno do ativo

$$\text{Retorno do Ativo} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Adaptado de Marion (2012)

2.6.3.2 Retorno sobre o patrimônio líquido

O patrimônio líquido é um indicador que apresenta o retorno dos acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação dos seus investimentos na empresa. (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014).

Tem como principal objetivo demonstrar o retorno auferido pelo acionista sobre o capital investido (patrimônio líquido), relacionando o lucro líquido com o patrimônio líquido. (CRUZ *et al*, 2014).

O retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL), representa a taxa de rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa, sendo dimensionado pela relação entre o lucro líquido do próprio exercício (ASSAF NETO, 2015).

Figura 8: Fórmula de cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido.

$$\text{RSPL} = \frac{\text{lucro líquido}}{\text{patrimônio líquido} - \text{lucro líquido}}$$

Fonte: Assaf Neto, 2015.

2.6.3.3 Margem Líquida

A margem líquida ou margem de lucro líquido mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas remanescente após a dedução de todos os custos e despesas, inclusive juros, impostos e dividendos de ações preferenciais. Quanto mais elevada a margem de lucro líquido de uma empresa, maior será o ganho líquido dos acionistas. Sempre, comparando o lucro líquido em relação com as vendas líquidas do período apresentado o percentual de lucratividade gerado (GITMAN, 2010).

Segundo, Assaf Neto, 2015, “A margem líquida, por seu lado, é formada pelos vários resultados dos ativos e passivos dos bancos, permitindo avaliar a função básica de interpretação financeira de um banco”.

Figura 9: Fórmula de cálculo da margem líquida.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Intermediação Financeira}}$$

Fonte: Adaptado de Assaf Neto,(2015).

2.6.4 Indicadores endividamento

Os índices de endividamento objetivam mostrar a proporção da utilização de capitais próprios e de capitais de terceiros em uma entidade. O capital próprio é representado pelo patrimônio líquido e pelo capital de terceiros pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante. (CRUZ *et al*, 2014).

A avaliação de endividamento pode ser realizada com base nas informações constantes no balanço patrimonial. Por meio do confronto dos grupos patrimoniais do passivo, podendo ser mensurados os índices de endividamento. (CRUZ *et al*, 2014). Neste sentido, Braga (2006, p. 165) comenta que o índice de endividamento serve “para indicar o grau de utilização dos capitais obtidos pela empresa. Praticamente, o uso de um deles elimina a necessidade de se recorrer ao outro”.

2.6.4.1 Endividamento geral

O índice de endividamento geral mede a proporção de ativo total financiada pelos credores da empresa. Quanto mais elevado, maior o montante de capital de terceiros usados para gerar lucros, maior o grau de endividamento da empresa e maior sua alavancagem financeira (GITMAN, 2010).

Endividamento geral mostra o quanto a empresa tem dívidas com terceiros para cada real de recurso próprio, indica a dependência que a entidade apresenta com relação a terceiros. (MARTINS, MIRANDA, DINIS, 2014).

Figura 10: Fórmula de cálculo endividamento geral.

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo Exigível Total}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

2.6.4.2 Imobilização do patrimônio líquido

O índice de imobilização do PL indica quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente, ou seja, o quanto do Ativo Permanente da empresa é financiado pelo seu Patrimônio Líquido, evidenciando, dessa forma, a maior ou menor dependência de recursos de terceiros para manutenção dos negócios (TELES, 2003).

Apresenta a parcela do capital próprio que está investida em ativo de baixa liquidez. (Martins, Miranda, Dinis, 2014). Portanto, este índice estabelece quanto foi aplicado no ativo permanente para cada \$1 de patrimônio líquido".

Figura 11: Fórmula de cálculo da imobilização do patrimônio líquido.

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Adaptado de Teles (2003).

2.6.4.3 Participação de capital de terceiros

O índice de Participação de capital de terceiros é medir a relação existente entre capital de terceiros e capital próprio. (MATARAZZO, 2010). Os índices possíveis de participação de capitais de terceiros são:

Quadro 4: Fórmula de participação de capital de terceiros.

Capital de terceiros sobre o patrimônio líquido =	CT	Capital de terceiros sobre o Ativo =	CT
	PL		A

Capital de terceiros sobre o Passivo =	CT	Patrimônio líquido sobre o capital de terceiros =	PL
	P		CT

Ativo sobre o Capital de Terceiros =	A	Passivo sobre o Capital de Terceiros =	P
	CT		CT

Fonte: Adaptado de Teles (2003).

Onde:

CT: Capitais de Terceiros

PL: Patrimônio Líquido

A: Ativo

P: Passivo

Em termos gerais, uma empresa deve recorrer de capitais de terceiros quando a taxa de retorno do ativo é maior do que o custo da dívida. (MATARAZZO, 2010).

O índice de Participação de Capitais de Terceiros relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento (TELES, 2003).

Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros. Já do ponto de vista da obtenção de lucro, pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com Capitais de Terceiros, se a remuneração paga a esses capitais for menor do que o lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios (TELES, 2003).

2.6.5 Resultados Indicadores

Quadro 5: Interpretação dos índices

ÍNDICES	INTERPRETAÇÃO
LIQUIDEZ	
Liquidez Corrente	<1=Quanto maior mais cômoda a situação
Liquidez Seca	<1=Quanto maior mais cômoda a situação
Liquidez Geral	<1=Quanto maior mais cômoda a situação
Liquidez Imediata	<1=Quanto maior mais cômoda a situação
RENTABILIDADE	
Retorno sobre o ativo	<1=Quanto maior mais cômoda a situação
Retorno sobre o patrimônio líquido	<1=Quanto maior mais cômoda a situação
Margem líquida	<1=Quanto maior mais cômoda a situação
ENDIVIDAMENTO	
Endividamento Geral	>1= Quanto menor mais cômoda a situação
Imobilização de patrimônio líquido	>1= Quanto menor mais cômoda a situação
Participação de Capital de terceiros	>1= Quanto menor mais cômoda a situação

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

São nos procedimentos metodológicos que são apresentadas as etapas de elaboração do projeto. Neste ponto, será feita a escolha de qual tipo de pesquisa a ser usada para o desenvolvimento do tema escolhido e conseqüentemente a metodologia a ser utilizada para a realização do projeto (MARTINS JUNIOR, 2008).

De acordo com Lakatos e Marconi (2008, p. 3) “procedimento é aquele por meio dos quais novos conhecimentos são coletados, de fontes primárias ou de primeira mão”.

Portanto, foram delineadas as formas de pesquisa, os documentos utilizados, plano de coleta de dados e planos de análises dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para Lakatos e Marconi (2008, p. 15) “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação”. Os autores esclarecem que a pesquisa pode ser limitada em relação ao assunto, à extensão e a uma série de fatores.

Logo, delimitar seu tipo de pesquisa como exploratória e descritiva quanto aos fins, e quanto aos meios de investigação caracteriza-se como documental e Estudo de caso.

3.1.1 Pesquisa Exploratória

À pesquisa exploratória é como investigações de pesquisa empírica cujo o objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, esclarecer fatos ou fenômenos (LAKATOS; MARCONI, 2008).

Como o próprio nome indica, a pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado (DUARTE, 2002).

Este método foi utilizado no estudo, pois foram apresentadas uma série de informações obtidas a partir do levantamento de dados junto aos processos licitatórios em questão. Desta forma, a pesquisadora procurou expor e registrar as

características de um processo licitatório e todas suas análises econômico-financeira.

3.1.2 Pesquisa descritiva

A pesquisa descritiva é a simples descrição de um fenômeno, delineando o que é e abordando sob quatro aspectos: descrição, registro, análise, interpretação de fenômenos atuais e objetivado o seu funcionamento no presente (LAKATOS E MARCONI, 2008)

Duarte (2002, p. 67), Ressalta:

A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado. Variáveis relacionadas à classificação, medida e/ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado. Quando comparada à pesquisa exploratória, a única diferença que podemos detectar é que o assunto já é conhecido e a contribuição é tão somente proporcionar uma nova visão sobre esta realidade já existente.

Conforme Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Foi usada pesquisa descritiva pois a autora relatar os procedimentos em licitações de modo geral, levando em consideração as análises financeiras já usadas nesses procedimentos e as que poderão ser usadas.

3.1.3 Pesquisa documental

A pesquisa documental é a fonte de coleta de dados que se encontra restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Os autores salientam que esta pesquisa pode ser recolhida no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS; MARCONI, 2008).

Para Vergara (2009), é considerada pesquisa documental, aquela baseada em dados mantidos nos interiores de empresas ou órgãos públicos ou ate mesmo armazenadas com diretamente com pessoas.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes

primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Foi utilizada a pesquisa documental pois foi aplicada a análise discriminante e análise conforme o edital, por meio dos balanços patrimoniais e outros documentos das empresas licitantes retirados da Prefeitura Municipal.

3.1.4 Estudo de caso

O estudo de caso, para Silva (2003) é um trabalho que analisa os fatos com profundidade e tem como objeto de pesquisa o indivíduo, a organização entre outras situações. O estudo de caso será aplicado em um processo licitatório no estado de Santa Catarina.

O estudo de caso diretamente em um processo licitatório, onde envolverão os indicadores contábeis para a análise dos dados que serão fornecidos pela prefeitura contratante.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

Trata-se de um processo licitatório do estado de Santa Catarina, com modalidade de concorrência leal.

Este estudo trabalha em cima das demonstrações contábeis, financeiras e econômicas das empresas participantes do processo licitatório, no período compreendido do ano de 2016, objetivando apurar os índices contábeis, financeiros e econômicos.

Logo após a obtenção destes dados e apuração dos resultados, foi tabulado os números, em seguida os dados e índices serão comparados.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

O plano de coleta de dados segundo, Lakatos e Marconi (2008. p. 18), “se inicia na aplicação dos instrumentos elaborados e nas técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta de dados previstos”.

Por meio do pregoeiro serão adquiridos os documentos necessários para a pesquisa documental das empresas participantes, o Balanço Patrimonial e a

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), onde foram aplicados e apurados os índices patrimoniais, financeiros e econômicos, e posteriormente tabulados os resultados obtidos.

Trata-se de dados primários e secundários em uma pesquisa documental e bibliográfica. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

A seguir apresenta-se o plano da coleta de dados utilizado para este estudo.

Quadro 6: Plano De Coleta De Dados.

Objetivos Específicos	Documentos	Localização
Examinar a legislação aplicada aos processos licitatórios	Lei 1.886/93	Sites oficiais
Conhecer a estrutura dos processos licitatórios	Lei 1.886/93, livros, artigos	Sites oficiais, Biblioteca
Realizar análise dos índices contábeis solicitados nas licitações	Documentos e dados internos da empresa classificados como secundários.	Prefeitura no setor de licitação
Aplicar indicadores que possam auxiliar na avaliação econômico-financeira em licitações	Planilhas elaboradas com base aos documentos internos da empresa	Relatórios econômicos e financeiros das empresas participantes.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise será feita com base no Balanço Patrimonial e na DRE. Após o contato com os documentos internos do processo licitatório, será realizada a aplicação dos índices patrimoniais, financeiros e econômicos, conseqüentemente busca-se tabulá-los para obter uma melhor visualização e comparação dos dados obtidos, permitindo a análise de conteúdo da pesquisa e bibliográfico.

Portanto, utiliza-se da abordagem qualitativa, pois a pesquisa qualitativa, em conjunto com seus métodos de coleta de dados, é adequada à fase exploratória da pesquisa (ROESCH, 2005).

A abordagem qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados, tamanho da amostra, instrumentos de pesquisa e a conceituação teórica das questões (GIL, 2007), já a abordagem quantitativa utiliza a análise de dados para responder perguntas de acordo com a contagem e frequência numérica dos dados através da estatística, buscando definir padrões exatos para o todo (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2008).

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio do edital de licitação, com modalidade de tomada de preços, do sul do Estado Santa Catarina, sob finalidade e objetivo de selecionar a **melhor proposta** para futura contratação de empresa especializada para pavimentação com lajota sextava de concreto em quatro ruas, conforme localização, tipo de revestimento, demais condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico, financeiro e projeto arquitetônico anexo ao edital.

O valor previsto pela prefeitura sendo o valor global máximo para executar os serviços previstos em cada lote será:

Quadro 7: Descrição do objetivo do edital.

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO
1	RUA 01, numa extensão de 236,20mt.	UND	1	R\$ 191.326,13
	RUA 02, numa extensão de 384,99mt.	UND	1	R\$ 284.133,61
	RUA 03, numa extensão de 323,97mt.	UND	1	R\$ 274.540,26
Total				R\$ 750.000,00
2	RUA 04, numa extensão de 118,72mt.	UND	1	R\$ 150.118,89
	RUA 05, numa extensão de 131,51mt.	UND	1	R\$ 99.881,11
Total				R\$ 250.000,00
TOTAL GERAL				R\$ 1.000.000,00

Fonte: Adaptado do edital

O prazo para execução do objeto do edital terá como previsão três meses para a conclusão total da pavimentação, contados após a assinatura da ordem de serviço.

Logo são solicitados a todos os participantes, os documentos de habilitação e de proposta de preço que são entregues de forma separada e em envelope lacrado, considerando que os balanços patrimoniais são entregues dentro do envelope de documentação de habilitação, conforme a cláusula 5.1.10 do Edital.

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

Nos casos de empresas novas que ainda não possuam balanço encerrado com registro na Junta Comercial do Estado da sede da empresa, deverá apresentar balanço de abertura assinado pelo contador e representantes da empresa.

Solicita os cálculos dos seguintes índices, provenientes de dados extraídos do balanço do último exercício fiscal:

Quadro 8: Índices solicitados no edital

ILG	AC+RLP	>= 1,00
	PC+ELP	
ILC	AC	>= 1,00
	PC	
GEG	PC+ELP	<= 1,00
	AT	

Fonte: Adaptado do edital

Onde:

ILG: Índice de liquidez geral;

ILC: Índice de liquidez corrente;

GEG: Grau de endividamento;

AC: Ativo circulante;

PC: Passivo circulante;

RLP: Realizável de longo prazo;

ELP: Exigível de longo prazo;

AT: Ativo total.

4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os balanços e as Demonstrações são entregues aos pregoeiros no dia da licitação e são disponibilizados por meio de um requerimento solicitando.

Os resultados do Os balanços e as Demonstrações exercício foram sintetizados nas planilhas a seguir, as quais são entregues completos aos pregoeiros que iram analisar e são disponibilizados ao público através de um requerimento contêm os elementos necessários para o processo licitatório:

Quadro 9: Balanço patrimonial da empresa 01.

EMPRESA 01	ANO	
GRUPO	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 253.795,77	R\$ 33.116,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 241.576,36	R\$ 33.116,25
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTAS A RECEBER	R\$ 12.219,41	R\$ 0,00
ESTOQUES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMOBILIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 253.795,77	R\$ 33.116,25
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 54.250,82	R\$ 1.642,85
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CAPITAL DE TERCEIROS	R\$ 54.250,82	R\$ 1.642,85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 199.544,95	R\$ 31.473,40
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 253.795,77	R\$ 33.116,25
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 98.071,55	-R\$ 8,30
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	R\$ 380.734,92	R\$ 0,00

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial.

Quadro 10: Balanço patrimonial da empresa 02.

(continua)

EMPRESA 02	ANO	
GRUPO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 298.833,52	R\$ 208.597,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 77.703,88	R\$ 208.047,45
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	R\$ 0,00	R\$ 78.086,22
CONTAS A RECEBER	R\$ 216.578,71	R\$ 0,00
ESTOQUES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 986.379,92	R\$ 796.822,00
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	R\$ 0,00	
IMOBILIZADO	R\$ 986.379,92	R\$ 796.379,92
TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.285.213,44	R\$ 1.005.419,45

Quadro 10: Balanço patrimonial da empresa 02.

(conclusão)

PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 21.349,22	R\$ 71.397,94
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	R\$ 4.144,72	R\$ 0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 254.485,59	R\$ 62.591,41
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	R\$ 205.500,00	R\$ 0,00
CAPITAL DE TERCEIROS	R\$ 275.834,81	R\$ 133.989,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.009.378,63	R\$ 871.430,10
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.285.213,44	R\$ 1.005.419,45
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 161.448,53	R\$ 142.591,83
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	R\$ 1.548.011,61	R\$ 1.299.177,43

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial.

Quadro 11: Balanço patrimonial da empresa 03.

EMPRESA 03	ANO	
GRUPO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 771.200,30	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 53.671,52	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	R\$ 0,00	
CONTAS A RECEBER	R\$ 82.374,80	
ESTOQUES	R\$ 633.576,79	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 113.822,69	
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	R\$ 0,00	
IMOBILIZADO	R\$ 113.822,69	
TOTAL DO ATIVO	R\$ 885.022,99	
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 444.282,47	
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	R\$ 18.430,92	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 157.746,20	
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	R\$ 32.214,46	
CAPITAL DE TERCEIROS	R\$ 602.028,67	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 282.994,32	
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 885.022,99	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-R\$ 186.444,29	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	R\$ 1.555.268,36	

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial.

Quadro 12: Balanço patrimonial da empresa 04.

EMPRESA 04	ANO	
GRUPO	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 56.823,40	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 37.905,95	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	R\$ 0,00	
CONTAS A RECEBER	R\$ 0,00	
ESTOQUES	R\$ 18.917,45	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 50.380,00	
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	R\$ 0,00	
IMOBILIZADO	R\$ 50.380,00	
TOTAL DO ATIVO	R\$ 107.203,40	
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 2.691,40	
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	R\$ 1.115,40	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	R\$ 0,00	
CAPITAL DE TERCEIROS	R\$ 2.691,40	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 104.512,00	
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 107.203,40	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 4.512,00	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	R\$ 6.088,00	

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial.

Quadro 13: Balanço patrimonial da empresa 05.

(continua)

EMPRESA 05	ANO	
GRUPO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 255.243,64	R\$ 314.599,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 215.210,01	R\$ 248.196,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	R\$ 32.863,61	R\$ 61.054,00
CONTAS A RECEBER	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTOQUES	R\$ 40.033,63	R\$ 66.402,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 972.992,29	R\$ 925.828,40
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMOBILIZADO	R\$ 972.992,29	R\$ 925.828,40
TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.228.235,93	R\$ 1.240.427,87
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 10.014,35	R\$ 11.252,35
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	R\$ 10.014,35	R\$ 11.252,35

Quadro 13: Balanço patrimonial da empresa 05.

(conclusão)

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 11.508,88	R\$ 24.374,80
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CAPITAL DE TERCEIROS	R\$ 21.523,23	R\$ 35.627,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.206.712,70	R\$ 1.206.712,70
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.228.235,93	R\$ 1.240.427,87
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 1.911,98	R\$ 0,00
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	R\$ 1.611.971,97	R\$ 0,00

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial.

Quadro 14: Balanço patrimonial da empresa 06.

EMPRESA 06	ANO	
GRUPO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.937.342,18	R\$ 2.082.162,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 462.456,33	R\$ 705.547,78
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	R\$ 0,00	R\$ 4.509,63
CONTAS A RECEBER	R\$ 0,00	R\$ 15.404,61
ESTOQUES	R\$ 667.005,72	R\$ 738.347,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.208.901,91	R\$ 1.356.940,99
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMOBILIZADO	R\$ 1.208.901,91	R\$ 1.356.940,99
TOTAL DO ATIVO	R\$ 3.146.244,09	R\$ 3.439.103,08
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 979.542,92	R\$ 1.339.663,75
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	R\$ 65.760,00	R\$ 73.008,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 195.680,00	R\$ 205.092,00
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	R\$ 195.680,00	R\$ 205.092,00
CAPITAL DE TERCEIROS	R\$ 1.175.222,92	R\$ 1.544.755,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.971.021,17	R\$ 1.894.347,33
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 3.146.244,09	R\$ 3.439.103,08
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 76.673,84	R\$ 643.814,56
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	R\$ 2.893.484,01	R\$ 3.117.901,58

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial.

4.2 RESULTADOS DOS INDICADORES

Conforme o edital é solicitado que as empresas participantes tenham solvência, nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Grau de endividamento geral, abaixo o resultado dos indicadores das empresas licitantes referentes os índices solicitados no edital do processo licitatório escolhido:

Quadro 15: Resultados dos indicadores nas empresas licitantes.

EMPRESAS	ILG	ILC	GEG
EMPRESA 01*	4,68	4,68	0,27
EMPRESA 02	1,08	14,00	0,27
EMPRESA 03	1,28	1,74	2,13
EMPRESA 04	10,56	21,11	0,03
EMPRESA 05	11,86	25,49	0,02
EMPRESA 06	1,65	1,98	0,60

Fonte: Elaborado pela autora

Entende-se que para ser analisada a qualificação financeira, será usado o balanço do último ano do exercício social entregue pelos contadores. A empresa 01 e 04 não apresentou o balanço em conformidade, pois ano do exercício social do balanço entregue era diferente do correto, sendo analisada então de forma parcial referente ao ano de 2014, a mesma atingiu todos os índices de acordo com o solicitado no edital no ano de 2014, porém desclassificada por não ter apresentado o balanço conforme o edital.

A empresa 02, está de acordo com o edital e os respectivos índices, sendo o índice de liquidez geral maior que 1(um), índice de liquidez corrente também maior que 1(um) e índice de endividamento geral menor que 1(um), em situação cômoda e de garantia econômico-financeira para a prefeitura.

Aplicando os indicadores na empresa 3, percebe-se que o índice de endividamento geral o licitante não atingiu o esperado, conforme solicitado no edital, desta forma desclassificada por não ter o aspecto de qualificação econômico-financeira suficiente para garantir a prefeitura no processo, mesmo com os demais índices atingidos.

Por meio dos indicadores as empresas 5 e 6, demonstram uma visão cômoda, seus balanços estão estruturados, pois os resultados dos indicadores são positivos, estas empresas estão qualificadas econômico-financeira.

De modo geral, as maiorias das empresas participantes apresentaram os índices em uma situação cômoda com relação ao endividamento e liquidez da empresa, desta forma para o edital da prefeitura existe garantia com relação ao que foi solicitado para todas as empresas licitantes.

Conforme o edital, os resultados obtidos e as análises dos indicadores, tornam habilitadas as empresas abaixo:

Quadro 16: Classificação das empresas conforme o edital.

EMPRESAS	SITUAÇÃO	MOTIVO
EMPRESA 01	Inabilitada	Apresentou balanço com data diferente do ano de exercício social.
EMPRESA 02	Habilitada	
EMPRESA 03	Inabilitada	Índice de endividamento maior que 1.
EMPRESA 04	Inabilitada	Apresentou balanço com data diferente do ano de exercício social.
EMPRESA 05	Habilitada	
EMPRESA 06	Habilitada	

Fonte: Elaborado pela autora

O órgão responsável pelo certame disponibilizou a ATA final do processo licitatório, que demonstra a empresa vencedora de cada lote, conforme a análise dos pregoeiros e demais concorrentes, sendo a vencedora do primeiro lote a empresa 6 com o valor global de R\$ 743.995,45 (setecentos e quarenta e três mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e do segundo lote a empresa 3 com o valor global de R\$ 247.455,71 (duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos), habilitando de incorreta com a análise somente referente o edital, ou seja, a empresa com a menor liquidez foi contratada para prestar o serviço, demonstrando uma fragilidade com relação ao que foi solicitado no edital.

4.3 ANÁLISE PROPOSTA

Somente os indicadores analisados pelos pregoeiros solicitados no edital da licitação estudada não são suficientes para garantir uma empresa financeiramente saudável, então o estudo aplica outras formas de análise do balanço para uma visão mais ampla sobre a empresa que pretende licitar de forma a garantir as prefeituras uma estrutura econômico-financeira segura.

O objetivo da análise de relatórios e demonstrações contábeis compreende a indicação de informações numéricas, preferentemente, de dois ou mais períodos regulares, de modo a auxiliar os administradores, acionistas, governo e outras interessados a conhecer a situação da empresa (Valter, 1984).

Algumas análises poderão ser feitas conformes os dados demonstrados no balanço patrimonial, analisados por meio dos indicadores adicionais abaixo:

Quadro 17: Outros índices.

Liquidez Seca	AC – Estoque	$\geq 1,00$
	PC	
Liquidez imediata	Disponibilidades	$\geq 1,00$
	PC	
Retorno do Ativo	Lucro líquido	$\geq 1,00$
	AT	
Retorno sobre o patrimônio líquido	Lucro líquido	$\geq 1,00$
	Patrimônio líquido - Lucro Líquido	
Margem líquida	Lucro líquido	$\geq 1,00$
	Receita de intermediação financeira	
Imobilização do Patrimônio Líquido	Ativo Permanente	
	Patrimônio Líquido	
Participação do capital de terceiros	CT	$\leq 1,00$
	P	
Participação do capital de terceiros	PL	$\leq 1,00$
	CL	

Fonte: Elaborado pela autora

Os indicadores acima auxiliaram os pregoeiros e compradores a desenvolver uma garantia maior de finalização e cumprimento com objetivo do procedimento licitatórios, sendo assim, analisam-se por meio dos balanços das empresas participantes do processo licitatório estudado os índices de liquidez, rentabilidade e endividamento e logo a análise vertical e horizontal, que passa a ser aplicado conforme os resultados abaixo:

Quadro 18: Resultados.

(continua)

EMPRESAS	Liquidez Seca	Liquidez imediata	Retorno do ativo	Retorno sobre o patrimônio líquido	Margem líquida
EMPRESA 01	4,68	4,45	0,97	0,63	0,26
EMPRESA 02	14,00	3,64	0,13	0,19	0,10
EMPRESA 03	0,31	0,12	- 0,21	- 0,40	- 0,12
EMPRESA 04	14,08	14,08	0,04	0,05	0,74
EMPRESA 05	21,49	21,49	0,00	0,00	0,00
EMPRESA 06	1,30	0,47	0,02	0,04	0,03

Quadro 18: Resultados.

(conclusão)

EMPRESAS	<u>Imobilização do patrimônio líquido</u>	<u>Participação do capital de terceiros sobre o Passivo</u>	<u>Participação do Patrimônio Líquido sobre o capital de terceiros</u>
EMPRESA 01	-	0,21	0,27
EMPRESA 02	0,98	0,21	0,21
EMPRESA 03	0,40	0,68	2,13
EMPRESA 04	0,48	0,03	0,03
EMPRESA 05	0,81	0,02	0,02
EMPRESA 06	0,61	0,37	0,60

Fonte: Elaborado pela autora

A liquidez seca para a empresa 03 é impactada diretamente por seu estoque, porém a mesma não se encontra em nível regular também no índice de liquidez imediata juntamente com a empresa 06 que não atingiram o ideal para serem habilitados, sendo que o indicador de liquidez uma situação cômoda seria acima de 1(um).

Os indicadores de rentabilidade devem ter como resultado acima de 1(um), para ser considerado como uma empresa rentável. Conforme analisado no quadro 17, todas as empresas não estão demonstrando níveis satisfatórios e rentáveis por se tratar de pouco lucro com relação às demais contas do balanço, nenhuma empresa atingiu o ideal.

As empresas demonstram uma situação cômoda referente suas dívidas de capital de terceiros, no indicador de imobilização do patrimônio líquido a empresa 01 não tem resultado por não haver imobilizado, os demais estão abaixo de 1(um) atingindo o nível esperado pelo índice. A participação do capital da empresa 03 há um elevado resultado, considerando o patrimônio líquido insatisfatório para liquidar suas dívidas com terceiros.

4.3.1 Análise horizontal e vertical

Conforme as normas de contabilidade exigem-se o balanço patrimonial registrado na Junta Comercial e com duas colunas: uma do último ano de exercício social e outra com um ano anterior pode-se então fazer uma análise vertical e horizontal, sendo assim, foram feitas as análises referentes os balanços patrimoniais das empresas participantes de forma discriminante para cada uma delas.

A empresa 01 teve um aumento no seu ativo e passivo de 6% com relação ao ano de 2013 e 2014, e o lucro líquido mais que dobro, sendo assim uma empresa com projeção de crescimento, porém não foi comparado com o ano 2015 por não ter sido entregue. O ativo e passivo da empresa 02, aumentaram 27,83% entre os anos de 2014 e 2015 e seu lucro aumentou 13,22%, considera-se uma empresa que também está crescendo, onde pode ser considerada uma empresa que está crescendo.

A empresa 03 e 04, não demonstrou o balanço as duas colunas para análise, sendo que a empresa 03 também não demonstra o balanço referente o último ano do exercício social sendo necessário em todos os procedimentos licitatórios, então não será feito a análise horizontal, isso pode se tratar de empresas novas, ou balanços fora dos padrões estabelecidos pelo conselho de contabilidade.

No balanço de 2015 e 2014 das empresas 05 e 06, mostram uma diferença negativa, sendo que as mesmas não cresceram entre um ano e outro cerca de 5%, é uma porcentagem baixa, pois os ativos e passivos são de valores expressivos então se pode dizer que a empresa é estável.

Quadro 19: Classificação conforme análise.

<u>EMPRESAS</u>	<u>SITUAÇÃO</u>	<u>MOTIVO</u>
EMPRESA 01	Inabilitada	Índices de rentabilidade não atingiram 1. Não apresentou balanço 2015.
EMPRESA 02	Inabilitada	Índices de rentabilidade não atingiram 1.
EMPRESA 03	Inabilitada	Rentabilidade não atingiu 1 e está no negativo. Apresentou balanço fora das normas. Endividamento maior que 1. Não apresentou balanço 2015.
EMPRESA 04	Inabilitada	Apresentou balanço fora das normas. Índices de rentabilidade não atingiram 1.
EMPRESA 05	Inabilitada	Índices de rentabilidade não atingiram 1
EMPRESA 06	Inabilitada	Não atingiu 1 na liquidez imediata. Índices de rentabilidade não atingiram 1.

Fonte: Elaborado pela autora

Por meio das análises discriminantes, se percebe que as estruturas das empresas licitantes não estariam de acordo com os índices proposto, verificando uma falha na administração das licitações, por se tratar de uma proposta valiosa e de garantia para as compras governamentais, podendo reduzir índices de empresas inadimplentes perante os serviços prestados e produtos, e sendo uma forma de apoiar as empresas que estão de acordo com a lei, e tem uma qualificação financeira.

5 CONCLUSÃO

A licitação é um processo administrativo, isonômico, na qual a administração seleciona a proposta mais vantajosa, menos onerosa e com melhor qualidade possível, para a contratação. Portanto, a licitação não pode acontecer de forma sigilosa, sempre deverá ser pública, respeitando o direito da publicidade, acessível a qualquer cidadão.

O processo licitatório tornou-se hoje um grande aliado às empresas. Independentes de pequena, média ou grande, não ficam dependentes somente no mercado regular, podendo ser fornecedor também nos órgãos públicos.

Mais que produzir e vender, as empresas precisam estar atentas a todos os processos envolvidos desde a documentação, sendo necessárias diversas qualificações.

Desta forma, o trabalho procurou identificar as qualificações das empresas participantes para que garanta ao órgão comprador o serviço ou produto. O objetivo geral do estudo buscou identificar a influência dos índices contábeis na análise econômico- financeira em processos licitatórios.

Analisando o primeiro objetivo específico do estudo, que foi examinar a legislação aplicada aos processos licitatórios, percebe-se que a legislação é clara, e seguida rigorosamente. Foi possível verificar que os órgãos estão amparados e coordenados de forma direta pela lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que explicita como deve ser feito os procedimentos licitatórios.

Confirmou-se a importância da qualificação econômico-financeira de modo a exigir e deixar a escolha do pregoeiro os indicadores, que por sua vez não tem o conhecimento sobre os indicadores e que pode não sabe o nível de importância e de benefício esse requisito pode oferecer ao órgão público. Outro fator constante foi de que as maiorias dos pregoeiros usam os mesmos indicadores, sendo eles estudados de forma discriminante.

Com relação ao segundo objetivo específico, conhecer a estrutura dos processos licitatórios foi possível identificar os diversos tipos de modalidades que são classificadas as licitações conforme o valor da licitação e o tipo de compra. Também se estudou a modalidade pregão que veio após a lei nº 8666/93, o estudo da estrutura do processo se deu desde o início onde é feito o edital até o resultado das propostas e a compra efetiva.

O art. 27 da Lei nº 8.666/93 estabelece que, para a habilitação nas licitações será exigido dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista.

O terceiro objetivo específico foi realizar análise dos índices contábeis solicitados nas licitações sendo que na lei é exigida a qualificação econômico-financeira das empresas licitantes na fase de habilitação dos processos licitatórios e levando em consideração sob pena de se restringir a competitividade e, ao se estabelecer índices para a comprovação da boa saúde financeira do licitante conforme o § 5º do art. 31 da Lei 8.666/93.

Sendo assim, foram analisados todos os balanços das empresas participantes do processo licitatório que aconteceu no estado de Santa Catarina, onde caracterizaram empresas habilitadas e inhabilitadas, levando em consideração somente os índices solicitados no edital, sendo que algumas empresas apresentaram balanços diferentes do último exercício social, sendo diretamente desclassificadas.

Analizou-se flexibilidade perante os órgãos, pois no estudo de caso a empresa com a menor liquidez venceu o certame, verifica-se também que não foram mensuradas as empresas que apresentaram o balanço referente o ano anterior ao do exercício social, logo, essa qualificação financeira não esta sendo profundamente analisada e considerada da forma que é necessário e preciso.

O quarto e último objetivo específico foi aplicar indicadores que possam auxiliar na avaliação econômico-financeira em licitações como fator de garantia nos processos licitatórios para os contratantes. Sendo a contabilidade responsável por fornecer as demonstrações contábeis, como o balanço patrimonial, que tem como objetivo apresentar informações sobre o patrimônio e a situação da empresa que possibilite tomar decisões, por meio do balanço existem diversas análises que podem ser feitas, foram selecionados algumas análises como a vertical, horizontal e alguns indicadores que não são solicitados no edital do processo licitatório escolhido.

Verifica-se por meio da análise discriminante, a estruturas das empresas licitantes não estariam de acordo com os índices proposto, verificando uma falha na administração das licitações, podendo reduzir índices de empresas que não corresponder ao objetivo do edital, perante os serviços prestados e produtos, e

considerando também que se for feito uma análise profunda, é uma forma de apoiar as empresas que estão de acordo com a lei, e tem uma qualificação financeira.

Como proposta, sugere-se que os órgãos públicos procurem se informar mais a respeito dos benefícios da análise discriminante dos balanços patrimoniais, para que os mesmos efetivem a garantia econômico-financeira das empresas que está sendo adquiridos os bens ou serviços.

A pesquisa limitou-se exclusivamente à um processo licitatório da região Sul de Santa Catarina, portanto percebe-se a viabilidade de estudo em outros processos licitatórios. Como proposta para estudos futuros a partir deste tema, recomenda-se uma pesquisa com outras regiões de outros estados, bem como uma análise geral em nível governamental.

Conclui-se que o tema é de bastante relevância para profissionais atuantes na área, assim como para acadêmicos que buscam especialização e informações mais profundas a respeito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BACELLAR FILHO, Romeu. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993. **Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CRUZ, June Alisson W; Carlos Ubiratan C. Schier e Emir G. Andrich. **Contabilidade Introdutória**: descomplicada. Curitiba: Juruá, 2009.

CONHECENDO SEUS DIREITOS. **Licitação lei 8666/93**. Disponível em: <<http://conhecendoseusdireitosuniversitarioc.blogspot.com.br/2011/06/licitacao-lei-866693.html>>. Acesso em 27 abr. 2016.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. **Obra é recomendada para elaboração das demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=1790>>. Acesso em 30 abr. 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. 2015.

DUARTE. Mariana Scheid, **Fundação Getúlio Vargas Licitações a modalidade pregão**. Porto Alegre, 2011.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, João Sanches. **Licitação na modalidade de convite**. Curitiba: Juruá, 2001.

FIGUEIREDO, José Reinaldo. **Licitações públicas para principiantes**. Florianópolis: Insular, 2002.

FONSÊCA, Adriano Ramos, **PREGÃO ELETRÔNICO: uma análise de sua evolução histórica - legislativa e das inovações decorrentes do decreto nº. 5.450/2005**. O Pregoeiro, Pregão – História e Economicidade, Curitiba, nº 06, p.30 33 mar. 2006.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos**. 11 ed.—São Paulo: Dialética, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LICITAÇÕES, Brasil. **Modalidade de licitações**. Disponível em: <<http://www.brlicita.com.br/VisualizarDica.aspx?n=4>>. Acesso em: 04 out. 2016.

LIMA, Marco Antonio Paula. Contratação mais vantajosa para o ente público. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/contratacao-mais-vantajosa-para-o-ente-publico/71993/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Jose Dilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar**

trabalhos monográficos e artigos. 2 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 16 ed. rev. E atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **Curso de direito administrativo.** 16 ed. rev. E atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Análise das Demonstrações Financeiras.** São Paulo: Thompson, 2004.

_____. **Contabilidade Gerencial.** Curitiba: IESDE, 2012.

_____. **Contabilidade Empresarial e Societária.** Curitiba: IESDE, 2012.

PEIXOTO, Marco A. Ventura. Modalidades de licitação: da concorrência ao pregão. A inversão do procedimento de habilitação e julgamento e a polêmica Medida Provisória nº 2026/00. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2363>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública.** 6. ed. Rio de Janeiro:Renovar, 2003.

PERONDI, Marioni. **O uso das Demonstrações Contábeis naAnálise de Crédito de Pessoas Jurídicas.** 2007. 81 f. TCC (Graduação em Ciências Contábeis). GPA de Ciências Sociais Aplicadas – Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, Várzea Grande – MT.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **Balanco patrimonial.** 2016. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/balancopatrimonial.htm>> . Acesso em 08 maio 2016.

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL. **Informações gerenciais de contratações e compras públicas. 2014.** Disponível em: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas/01-apresentacao-siasg-dados-gerais-_2014.pdf/view>. Acesso em 19 Abr.2016.

RIGOLIN, Ivan Barbosa; BOTTINO, Marco Tullio. **Manual prático das licitações: Lei 8.666/1993.** São Paulo:Saraiva, 2002.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em**

Administração. 3ª. Ed. Ed. Atlas, 2005. São Paulo.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F.; LAMB, Roberto. **Administração financeira.** Porto Alegre, RS: AMGH, 2015.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., & LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa.** (3. ed.). 2006, São Paulo: MacGraw-Hill

SILVA, Alessandro. **Conceito e Importância da Contabilidade.** Disponível <http://www.contabeis.com.br/artigos/678/conceito-e-importancia-da-contabilidade/> Publicado em: 09 fev. 2012. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____, José Pereira Da. **Análise Financeira das Empresas.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____, Rejane Maria Ghisolfi. **Constituição de professores universitários de disciplinas sobre ensino de química.** Piracicaba: Unimep, Tese de doutorado, 2003.

SOARES, Maria Elisete, **Licitações Na Modalidade Pregão,** Belo horizonte/MG Dezembro/2009.

SOUSA, Simone Valadares de. Liquidez. **A Saúde Financeira das Empresas.** Disponível <http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Liquidez%5B1%5D._A_Sa_de_Financeira_da_s_Empresas.pdf> Pará, 2003. Acesso em 10 ago. 2016.

TELES, Cristhiane Carvalho. **Análise dos Demonstrativos Contábeis – Índices de Endividamento.** Belém, 2003.

VALTER, Milton Augusto. **Introdução a Análise de Balanços.** 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1984.

VASCONCELLOS, Pedro Barreto. Pregão: nova modalidade de licitação. **Revista de direito administrativo**, v. 222, p. 213-238, 2000.

VELTER, Francisco. MISSAGIA, Luiz Roberto. **Manual de Contabilidade.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 11. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.